

DECRETO Nº 7, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981.  
*DOE 001, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1981.*

Dispões sobre a competência da Auditoria Geral do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais,

**D E C R E T A:**

=====

**CAPÍTULO I**  
**DA COMPETÊNCIA**

Art. 1º A Auditoria Geral do Estado, órgão de assessoramento direto ao Governador do Estado, tem por competência a coordenação, orientação fiscalização, acompanhamento e avaliação do controle interno, da administração pública estadual.

Art. 2º São competências específicas da Auditoria Geral do Estado:

I – exame e avaliação dos controles contábeis e administrativos para determinar a fidedignidade e a consistência dos demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e os inventários de todos os bens e créditos públicos apresentados pelos órgãos da Administração Pública Centralizada e Descentralizada;

II – exame das despesas e das transações para determinar se são efetivamente necessárias ao cumprimento dos programas e projetos aprovados e se sua realização se acha amparada pelas normas legais e regulamentares pertinentes;

III – exame dos bens patrimoniais quanto a segurança, existência física, conservação, utilização, eficiência, e se estão protegidos contra perdas ou uso indevido e se os mesmos estão corretamente contabilizados;

IV – exame e análise dos sistemas, métodos e dos resultados relativos à gestão econômico-financeira, da administração dos recursos humanos, de material patrimonial, dos serviços contratados, dos convênios celebrados com outras esferas de Governos da União, dos Estados Municípios e dos exterior, bem como a correspondente contabilização.

**CAPÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA**  
**Seção I**  
**Disposições Especiais**

Art. 3º A Auditoria Geral do Estado será dirigida por um Auditor Geral, nomeado pelo Governador, que terá por atribuições a coordenação e supervisão das atividades do órgão, em especial:

I – assessoramento ao Governador;

II – elaborar e submeter ao Governador a programação periódica de auditorias;

III – aprovar os procedimentos de auditoria;

IV – apreciar os relatórios de auditoria;

V – propor o regimento interno e suas alterações; e

VI – demais atribuições que lhe forem cometidas pelo Governador.

**Seção II**  
**Estrutura Básica**

Art. 4º A Auditoria Geral do estado terá a seguinte estrutura básica:

I – Gabinete do auditor-Geral;

II – 1ª Divisão de Auditoria; e

III – 2ª Divisão de Auditoria.

### **CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS**

Art. 5º Compete à Divisão de Administração da Unidade Orçamentária da Governadoria, prestar os serviços de apoio administrativo e financeiro à Auditoria.

Art. 6º Compete às Divisões de Auditoria, a direção, supervisão e execução dos programas de auditoria, em todas as esferas de Governo, o estudo e proposta de alteração ou estabelecimento de procedimentos.

### **CAPÍTULO IV DA ABRANGENCIA DA AUDITORIA**

Art. 7º A Auditoria Geral do Estado exercerá suas atividades na administração direta e indireta, abrangendo:

- I – Secretarias de Estado;
- II – Fundos Especiais;
- III – administração de convênios;
- IV – Autonomias Públicas Estaduais;
- V – Empresas Públicas Estaduais; e
- VI – sociedades das quais o Estado participe majoritariamente.

### **CAPÍTULO V DOS DIRIGENTES**

Art. 8º As unidades componentes da estrutura básica da Auditoria Geral do Estado serão dirigidas:

- I – o Gabinete do auditor Geral, por Auditor Geral; e
- II – as Divisões de Auditoria, por Auditores Chefe.

### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º A implantação das unidades se dará paulatinamente, consoante as necessidades de desenvolvimento das atividades.

Art. 10. Decreto específico aprovará o Regimento Interno da Auditoria Geral do Estado.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 31 de dezembro de 1981.

**JORGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA**  
Governador

